



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CASA CIVIL
SCN, Quadra 02 Bloco E - CEP 70712-905 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3424-3968 - <https://www.iti.gov.br>

TERMO DE REFERENCIA

Processo Administrativo nº 00100.001603/2020-52

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
08/10/2020	1.0	Finalização da primeira versão do documento	EPC
12/11/2020	2.0	Revisão do documento após análise jurídica	EPC
18/11/2020	3.0	Revisão do documento após análise administrativa da CGPOA	EPC

TERMO DE REFERÊNCIA**Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019****1 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Contratação de Solução de Tecnologia da Informação para análise estatística, ciência de dados e inteligência analítica do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, compreendendo licenciamento, suporte técnico e direito de atualização de versão, treinamento e serviços técnicos especializados, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e seus respectivos anexos.

2 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

A descrição da solução como um todo, conforme exposto nos Estudos Preliminares, abrange a contratação de Solução de Tecnologia da Informação para análise estatística, ciência de dados e inteligência analítica do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, compreendendo licenciamento, suporte técnico, treinamento e serviços especializados.

2.1 Bens e serviços que compõem a solução

Grupo	Item	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATMAT/CATSER	Quantidade	Métrica ou Unidade
1	1	Licença perpétua de solução analítica integrada de estatística e mineração de dados, com garantia de atualização de versão e suporte técnico pelo período de 12 meses.	27472	1	unidade
	2	Serviço de suporte técnico e direito de atualização de versão da solução relacionada no Item 1.	26000	1	unidade
	3	Serviços Técnicos Especializados em solução analítica.	27324	80	UST
	4	Treinamento em análise estatística e mineração de dados.	3840	1	unidade

3 – JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

3.1.1. Com o avanço da transformação digital e o volume crescente de dados circulando entre empresas e pessoas, faz necessário que o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) tenha conhecimento da competitividade do mercado de certificados digitais e compreenda o cenário de *Business Intelligence*, utilizando os dados para auxiliar nas decisões relacionadas ao mercado de negócios. Atualmente as empresas vivem na “Era da Inteligência Analítica”, que significa o conhecimento através da utilização de técnicas estatísticas e modelagem preditiva que proporcionam aos administradores encontrar padrões de conhecimentos significativos em que auxiliam na Análise de Dados voltados para gestão, Monitoramento, Auditoria e Controles Internos.

3.1.2. Atualmente, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação não possui nenhuma ferramenta que abranja essa necessidade de conhecimento de dados, o que torna necessária a aquisição ou contratação de uma ferramenta robusta que possa auxiliar na Gestão Analítica da Informação, e que atenda a diversas necessidades, tais como mineração de dados, análise estatística e emissão de relatórios inclusive na Web.

3.1.3. A aplicação de uma solução como essa tem por objetivo:

3.1.3.1. Mitigar modelos de risco provenientes do aumento do número de usuários ou possuidores de certificados digitais; e

3.1.3.2. Auxiliar nos modelos de Auditoria e *Compliance*, agregando conhecimento por parte do corpo técnico, que utilizam seus conhecimentos e experiência para prestarem melhores serviços, bem como otimizar performance na realização de Auditorias e fiscalizações de entidades ligadas à ICP-Brasil.

3.1.3. A solução deve possuir um suporte especializado que possa sugerir soluções pontuais no âmbito da ferramenta e auxiliar na resolução de problemas diversos, otimizando o uso do software.

3.1.4. Considerando as necessidades de negócio, as necessidades tecnológicas e demais requisitos para a escolha da solução de TIC, bem como a própria definição de solução de TIC presente na Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019, entende-se que os processos de negócio da Instituição serão apoiados eficientemente por uma solução de TIC que conjugue a disponibilização de um *software*, a sustentação e atualização desse software, o treinamento para formação inicial da equipe da área requisitante, e o desenvolvimento de uma arquitetura analítica para modelagem antifraude, em um mesmo contrato.

3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS

ID	Objetivos Estratégicos
AL-3	Melhorar as soluções de tecnologia da informação e comunicação mantendo-as compatíveis com as demandas Institucionais
DI-6	Fortalecer a comunicação como forma de reforçar o papel e a imagem institucionais
OE.01	Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos
OE.02	Promover a transparência por meio do uso de TIC

ALINHAMENTO AO PDTIC 2020-2022			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
ACTI-37	Aquisição de licenças de softwares de análises analíticas e de inteligência corporativa.	PEA	100%

ALINHAMENTO AO PAC 2020	
Item	Descrição
212	Aquisição de licenças de software e Suporte de ferramenta de análise estatística
241	Aquisição de licenças de software de análises analíticas e de inteligência corporativa

3.2.1 O objeto da contratação não se trata de oferta digital de serviços públicos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016.

3.3. Estimativa da demanda

3.3.1. Os quantitativos da demanda para a contratação foram estimados considerando os seguintes aspectos:

3.3.1.1. Introdução de cultura de inteligência estatística e analítica para tomada de decisões no ITI;

3.3.1.2. Formação mínima de 4 (quatro) pessoas da equipe da Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização (CGAFI) em análise estatística e mineração de dados;

3.3.1.3. Desenvolvimento de um modelo de prevenção a fraude para atendimento das demandas do ITI; e

3.3.1.4. Capacidade computacional para execução da solução analítica integrada de estatística e mineração de dados.

3.3.2. Mais informações sobre estimativa da demanda estão especificadas nos itens 4.1 e 6.2, e seus subitens.

3.4. Parcelamento da Solução de TIC

3.4.1. O art. 23, parágrafo 1º, da Lei 8666, de 1993, determina que as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala;

3.4.2. Sem prejuízo ao disposto na Súmula TCU nº 247, a CONTRATANTE optou pelo agrupamento dos itens em um único lote, por se mostrar adequada, no mínimo do ponto de vista técnico, e por haver dependência funcional entre os serviços que compõem o objeto licitado. Por não se conhecer qual solução de software será a vencedora do Item 1, poderiam surgir cenários em que os vencedores dos Itens 2, 3 e 4 apresentassem propostas para serviços incompatíveis com a solução do Item 1 ou teriam que possuir Qualificação Técnica para serem habilitados a prestar serviços para qualquer que fosse a solução apresentada pelo vencedor do Item 1. Assim, a divisão em itens poderia gerar prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto ou perda de economia de escala, e inviabilizar técnica e economicamente a viabilidade da contratação.

3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.5.1. Construção de aplicações de inteligência analítica que auxiliem nas tomadas de decisão, utilizando os dados existentes como ferramenta de direcionamento disponibilizando:

3.5.1.1. Realizar a Autenticação e Controle de Acesso e Monitorar ambiente de dados;

3.5.1.2. Prover a captura, exploração, validação e transformação de dados;

3.5.1.3. Realizar a construção de Modelos preditivos, validação de modelos, comparação de Modelos, importação de Modelos, declaração de Modelos, definição de escores de modelos no ambiente de produção, relatórios de acompanhamento, monitoramento de modelos e revisão de modelos caducos;

3.5.1.4. Utilizar técnicas de amostragem e segmentação comportamental; e

3.5.1.5. Demonstrar a utilização de comunicação assertiva e coerente com as demandas do produto, segmento e sociedade.

4 – ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1. A solução ofertada e licenciada deve implementar necessariamente todos os itens do requisito onde conste os termos suportar, permitir, possibilitar ou outros similares;

4.1.2. Item 1 - Licença perpétua de solução analítica integrada de estatística e mineração de dados, com garantia de atualização de versão e suporte técnico pelo período de 12 meses;

4.1.2.1. As licenças de software deverão ser ofertadas na modalidade “licença de uso perpétuo”;

4.1.2.2. O software licenciado deve permitir o desenvolvimento de soluções analíticas como Modelos de Detecção de Fraudes, *Market Basket Analysis*, Análise de Dígitos, Modelos de Regressão, Árvore de Decisão, Redes Neurais e mineração de dados;

4.1.2.3. O licenciamento pode ser feito por meio de licenças por núcleo de processador (*core*) de servidor ou por usuário simultâneos ou uma combinação dessas formas de licenciamento, considerando os seguintes critérios:

4.1.2.3.1. Licenciamento mínimo de 4 cores; e/ou

4.1.2.3.2. Licenciamento mínimo de 4 usuários simultâneos.

4.1.2.4. O licenciamento deve permitir a instalação em ambiente servidor, em quantas máquinas forem necessárias. No caso de licenciamento por *core* de servidor, a instalação de máquina(s) deverá ser dimensionada ao quantitativo contratado. No caso de licenciamento por usuário simultâneos, o controle será realizado por gerenciador de licenças instalado no servidor definido pela CONTRATANTE;

4.1.2.5. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA a comprovação do registro de todas as licenças adquiridas, do direito de atualização de versão dos produtos e do suporte técnico pelo período de prestação dos serviços, bem como o endereço (*link*) ou portal para *download* do software licenciado e os meios para atendimento do suporte técnico (número de telefone, e-mail e portal para abertura e acompanhamento de chamados), em até 10 (dez) dias corridos da emissão de Ordem de Serviço;

4.1.2.6. No licenciamento da solução deverão estar inclusos os conectores do software para os tipos de banco de dados de necessidade da CONTRATANTE. A relação de banco de dados está definida no item 4.8.10.1;

4.1.2.7. As características tecnológicas e demais aspectos funcionais da solução estão descritos no item 4.8 - Requisitos de Arquitetura Tecnológica;

4.1.2.8. Além do licenciamento perpétuo da solução, estão inclusos nos primeiros 12 (doze) meses da contratação os serviços de suporte técnico remoto e atualização de versão dos produtos.

4.1.2.9. O direito de atualização de versão dos produtos consiste no fornecimento de todas as versões, *features*, *releases*, *fixes* e *service packs* de forma a manter a solução permanentemente atualizada, bem como no fornecimento de manuais e boletins técnicos com informações que assegurem a plena utilização dos produtos

licenciados sem custo adicional para a CONTRATANTE;

4.1.2.10. O serviço de suporte técnico consiste no atendimento para reparação de falhas e/ou inconsistências detectadas e atendimento de dúvidas, de forma a garantir o pleno, correto e seguro funcionamento da solução e dos seus módulos ou componentes, sem custo adicional para a CONTRATANTE;

4.1.2.11. As atualizações de versões, assim como correções, devem estar disponíveis durante todo período de prestação dos serviços para *download* através de endereço (*link*) ou portal, ou encaminhadas em mídia digital à sede da CONTRATANTE;

4.1.2.12. Considerando a disponibilidade computacional definida pela área de TIC do órgão para atendimento da demanda, considerando que por se tratar de introdução de cultura de inteligência analítica a CONTRATANTE ainda não possui séries históricas nem contratações anteriores, bem como considerando não ser possível comparar com outros órgãos, que estão em estágios mais avançados de utilização de uma solução equivalente a desta contratação, foi estabelecido o licenciamento mínimo de 4 cores e/ou de 4 usuários simultâneos, quantitativo suficiente para o uso inicial para as necessidades pretendidas;

4.1.2.13. Demais requisitos estão especificados no item 6 - Modelo de Execução do Contrato.

4.1.3. Item 2 - Serviço de suporte técnico e direito de atualização de versão da solução relacionada no Item 1;

4.1.3.1. Trata-se dos serviços de suporte técnico, bem como de versão da solução pelo período adicional de 12 (doze) meses;

4.1.3.2. O início da execução dos serviços deste Item ocorrerá após o término dos 12 (doze) meses de suporte inclusos no Item 1 (licenciamento) e desde que autorizado através de Ordem de Serviço. Isto objetiva a continuidade dos serviços sem que haja duplicidade de pagamento;

4.1.3.3. Por se tratar de continuidade dos serviços prestados no Item 1, os requisitos de negócio do item 4.1.2 e seus subitens deverão ser mantidos, de forma a garantir o pleno, correto e seguro funcionamento da solução e dos seus módulos ou componentes, sem custo adicional para a CONTRATANTE;

4.1.3.4. O quantitativo do serviço foi estabelecido tendo como referência o quantitativo do item 4.1.2;

4.1.3.5. Demais requisitos estão especificados no item 6 - Modelo de Execução do Contrato.

4.1.4. Item 3 - Serviços Técnicos Especializados em solução analítica;

4.1.4.1. Este item consiste em Serviços Técnicos Especializados para fins de definição e desenvolvimento de soluções analíticas e investigativas e serviços diretamente relacionados às necessidades técnicas e negociais do CONTRATANTE, compreendendo a exploração de oportunidades de ampliação do uso da ferramenta, especialmente no que se refere a modelagem antifraude;

4.1.4.1.1. O produto será a entrega de um modelo de prevenção a fraude em certificação digital, o monitoramento do modelo, repasse de conhecimento para equipe da CONTRATANTE e toda documentação do projeto aprovada pela instituição.

4.1.4.2. A prestação dos Serviços Técnicos Especializados será requisitada por solicitação formal do CONTRATANTE, por meio de Ordem de Serviço (OS), mensuradas em Unidades de Serviço Técnico – UST;

4.1.4.3. Cada Unidade de Serviço Técnico (UST) equivale a 01 (uma) hora de esforço especializado, não individualizada, considerando se tratar de atividade complexa de execução;

4.1.4.4. A prestação dos Serviços Técnico Especializados deverá ser realizada preferencialmente nas instalações do CONTRATANTE. Mas, conforme a necessidade da CONTRATANTE, os serviços poderão ocorrer de forma remota através de videoconferência em condições definidas entre as partes e formalizadas

na Ordem de Serviço;

4.1.4.5. Será utilizado um catálogo de serviços como diretriz para a execução das atividades a ser apresentada na reunião inicial do contrato;

4.1.4.5.1. A relação de atividades serão as previstas para execução, mas, na necessidade de se executar uma atividade não relacionada, o enquadramento desta deverá ser pelo critério de similaridade e toda a operação deverá ser documentada e registrada para futuras diligências;

4.1.4.5.2. No caso da decisão do CONTRATANTE em alterar qualquer característica da atividade, essa alteração só será válida para a execução de atividades posteriores a formalização do ajuste, não dando a CONTRATADA qualquer direito de revisão ou pagamento retroativo de atividades já executadas;

4.1.4.6. O quantitativo estabelecido para os serviços especializados em solução analítica se baseou nas necessidades imediatas do órgão a partir do desenvolvimento da modelagem antifraude dentro de um período estimado de 2 (duas) semanas e ao orçamento disponível, mas que poderá ser ajustado conforme a complexidade das atividades a serem executadas. Por se tratar de introdução de cultura de inteligência analítica o ITI não possui séries históricas nem contratações anteriores para efeitos comparativos. Com isso, os quantitativos apontados são estimados. Assim, caso ocorram alterações das necessidades previstas e/ou mudanças no cenário tecnológico será configurado mudança de escopo de trabalho, o que pode levar, após análise de impacto, a ajustes dos quantitativos de UST estimados inicialmente previstos, mantidos os valores unitários apresentados, ressalvados os limites legais;

4.1.4.7. O pagamento será realizado apenas para o que efetivamente for executado e recebido definitivamente.

4.1.4.8. Demais requisitos estão especificados no item 6 - Modelo de Execução do Contrato.

4.1.5. Item 4 - Treinamento em análise estatística e mineração de dados;

4.1.5.1. Este item consiste em fornecer os subsídios para que a CONTRATANTE obtenha os conhecimentos necessários ao perfeito entendimento da solução contratada, da sua execução, parametrização, gerenciamento e utilização;

4.1.5.2. O serviço de treinamento deve corresponder, necessariamente, a cursos oficiais do fabricante da solução ou da CONTRATADA para os componentes da solução fornecida;

4.1.5.3. O treinamento deve contemplar todos os pré-requisitos necessários para atendimento das necessidades dos usuários e a carga horária mínima estabelecida neste Termo de Referência;

4.1.5.4. O conteúdo do repasse deverá ser de natureza teórica e prática, e, somados todos os itens, deve abranger todos os componentes da solução contratada em nível de detalhe suficiente para possibilitar o uso das funcionalidades ou realizar as operações especificadas no item específico;

4.1.5.5. O quantitativo estabelecido para treinamento se baseou na lógica de treinamentos oficiais ofertados por fabricantes de soluções analíticas de estatística e mineração de dados, com módulos de treinamentos de 20h a 40h. Assim, estimamos uma divisão em quatro módulos de 30h, totalizando 90h de treinamento e 30h de cursos *on-line*.

4.1.5.5. Demais requisitos estão especificados no item 4.2 - Requisitos de Capacitação.

4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1. Os treinamentos serão realizados conforme datas e prazos estabelecidos entre as partes, na forma de turmas fechadas exclusivamente para a CONTRATANTE, compostas por um mínimo de 4 (quatro) a 10 (dez) participantes, podendo ocorrer durante toda a vigência do contrato;

4.2.1.1. Público alvo: funcionários responsáveis pela análise, mineração de dados e controle de fraudes do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

4.2.2. Os treinamentos serão realizados em Brasília/DF, em Centro de Treinamento a ser definido pela CONTRATADA com a concordância da CONTRATANTE, ou nas instalações da CONTRATANTE;

4.2.2.1. Caso os treinamentos ocorram nas instalações da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá fornecer o apoio necessário para a montagem e configuração da infraestrutura de treinamento;

4.2.2.2. Se autorizado pela CONTRATANTE ou por fato superveniente devidamente comprovado, os treinamentos poderão ser realizados de forma remota em plataforma de ensino à distância (EAD) ou em ferramenta de videoconferência a ser disponibilizada pela CONTRATADA.

4.2.3. Os instrutores deverão possuir Certificado oficial emitido pelo fabricante ou comprovante de conclusão de curso oficial nos produtos, serviços e tecnologia objetos da capacitação;

4.2.4. Os instrutores deverão possuir experiência mínima de 1 (um) treinamento em turmas abertas ou fechadas nos produtos, serviços e tecnologia objetos da capacitação;

4.2.5. A comprovação da experiência e da formação do instrutor deverá ocorrer após a emissão da Ordem de Serviço referente ao Item 4 desta contratação, quando a CONTRATADA entregará o plano de capacitação, com a definição do local, das datas, do instrutor e do escopo do treinamento;

4.2.6. Os treinamentos deverão ser ministrados em dias úteis, preferencialmente no horário das 09h às 18h, com intervalo de uma hora de almoço, ou conforme acordado entre as partes;

4.2.7. A CONTRATADA será responsável por arcar com todas as despesas relacionadas, tais como transporte, hospedagem e diárias dos instrutores; material didático; instalações; infraestrutura e *coffee-break* (nos casos de treinamentos ministrados em Centro de Treinamento a ser definido pela CONTRATADA), plataformas ou ferramentas de videoconferência (nos casos de treinamentos ministrados remotamente), e demais gastos para a execução do treinamento;

4.2.8. Todo o material didático dos treinamentos deverá ser fornecido em língua portuguesa ou inglesa;

4.2.9. A CONTRATADA terá até 30 (trinta) dias corridos a partir da solicitação da CONTRATANTE para planejar a execução do treinamento. O planejamento deve incluir a definição do local, das datas, do instrutor e do escopo do treinamento além da disponibilização da infraestrutura necessária para realização da turma;

4.2.10. O planejamento da capacitação deverá ser aprovado pela CONTRATANTE;

4.2.11. A CONTRATADA terá até 60 (sessenta) dias corridos a partir da solicitação da CONTRATANTE para iniciar o treinamento, salvo em razão de solicitação ou autorização explícita da CONTRATANTE em sentido contrário;

4.2.12. A CONTRATANTE poderá solicitar o replanejamento do treinamento desde que o faça com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos antes do início previsto para a atividade;

4.2.13. A CONTRATANTE demandará os serviços de treinamentos através da emissão de Ordem de Serviço específica para este fim;

4.2.14. A carga horária dos treinamentos será de, no mínimo, 90 (noventa) horas, divididos em 3 (três) semanas. Além disso, serão disponibilizadas 30 (trinta) horas de cursos *on-line* a serem escolhidos pela CONTRATANTE conforme relação de cursos que a CONTRATADA possua ou possa adquirir do fabricante da solução;

4.2.15. O escopo do treinamento deverá cobrir, no mínimo, o seguinte rol de assuntos:

4.2.15.1. Introdução e visão geral da solução;

4.2.15.2. Acessos a dados de arquivos texto e bancos de dados;

4.2.15.3. Preparação de Dados:

4.2.15.3.1. Tratamento de valores faltantes;

4.2.15.3.2. Identificação e remoção de *outliers*;

4.2.15.3.3. Transformação de variáveis contínuas em variáveis discretas;

4.2.15.3.4. Normalização;

4.2.15.3.5. Análise Descritiva;

4.2.15.3.6. Geração de gráficos e relatórios estatísticos.

4.2.15.4. Mineração de Dados:

4.2.15.4.1. Técnicas de Amostragem;

4.2.15.4.2. Análise de Cluster;

4.2.15.4.3. Modelos Preditivos de Classificação e Regressão:

4.2.15.4.3.1. Árvores de Decisão;

4.2.15.4.3.2. Redes Neurais;

4.2.15.4.3.3. Regras de Associação;

4.2.15.4.3.4. Regressão.

4.2.15.4.4. Modelos preditivos para identificação de casos raros e anomalias aplicáveis à identificação de fraudes;

4.2.15.4.5. Geração automática de modelos;

4.2.15.4.6. Avaliação (scoring) de modelos;

4.2.15.4.7. Comparação de modelos;

4.2.15.4.8. Criação de gráficos e Relatórios sobre os modelos;

4.2.15.5. Modelos de Risco de Fraudes utilizando técnicas de regressão:

4.2.15.5.1. Carga de dados;

4.2.15.5.2. Visualização e identificação relacionamentos suspeitos;

4.2.15.5.3. Testes paramétricos e não paramétricos;

4.2.15.5.4. Modelos utilizando inteligência artificial.

4.2.16. O escopo do treinamento poderá cobrir a totalidade ou parte dos assuntos previstos, ou ainda assuntos não previstos neste Termo de Referência, mas que tenham relação com os produtos e serviços contratados, conforme ficar estabelecido no planejamento da capacitação.

4.2.17. O(s) participante(s) do treinamento deverão preencher o Formulário de Avaliação de Treinamento, equivalente a uma pesquisa de satisfação, a ser disponibilizado pela CONTRATANTE;

4.2.18. O Formulário de Avaliação será composto por questões de múltipla escolha contendo cinco alternativas de respostas cada, conforme exemplificado abaixo:

- a. Excelente, ou similar;
- b. Muito bom, ou similar;
- c. Bom, ou similar;
- d. Razoável, ou similar;
- e. Ruim, ou similar.

4.2.19. A CONTRATADA deverá obter resultado superior ou igual a 70% no somatório das respostas do tipo "Bom", "Muito bom" e "Excelente", ou correspondentes, das questões pertinentes a ela;

4.2.20. Em caso de resultado inferior a 70%, a CONTRATADA deverá programar novo treinamento sem ônus para a CONTRATANTE nos mesmos moldes da Ordem de Serviço original, aplicando-se as sanções previstas no Termo de Referência;

4.2.21. Demais requisitos estão especificados no item 6 - Modelo de Execução do Contrato.

4.3. Requisitos Legais

4.3.1. Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 - Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, e dá outras providências;

4.3.2. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

- 4.3.3. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2020: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- 4.3.4. Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010: Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela Administração Pública Federal;
- 4.3.5. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019: Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- 4.3.6. Instrução Normativa nº 1/2019 de 4 de abril de 2019 – ME - Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Governo Digital: Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação -TIC, pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP do Poder Executivo Federal;
- 4.3.7. Instrução Normativa nº 73/2020 de 5 de agosto de 2020 – ME - Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Governo Digital: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- 4.3.8. Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, de abril de 2020 - AGU - Advocacia-Geral da União/Consultoria-Geral da União;
- 4.3.9. Portaria 443/2018 de 27 de dezembro de 2018 - MPDG/GM - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Gabinete do Ministro: Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018;
- 4.3.10. Legislação correlata e demais exigências previstas em edital e seus anexos.

4.4. Requisitos de Manutenção

- 4.4.1. A CONTRATADA deverá fornecer documentação dos procedimentos necessários para instalação, ligar e desligar a solução, realização de *backup* e *restore*, extração de LOGs, e extração de informações de monitoramento;
- 4.4.2. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico de forma a assegurar a disponibilidade da solução 24h x 7 dias e, para isso, manter a solução em perfeitas condições de uso;
- 4.4.3. O serviço de suporte técnico deverá, entre outras atividades, auxiliar na resolução de problemas de atualização de versões, *patches* de correção, *upgrade*, *backup* e restauração, quando se aplicar;

4.5. Requisitos Temporais

- 4.5.1. A CONTRATADA deverá cumprir os prazos de entrega das licenças e execução dos serviços de acordo com os prazos definidos para cada item no Modelo de Execução do Contrato, mais especificamente no item 6.1.2 e seus subitens;
- 4.5.2. As licenças adquiridas deverão ser de caráter perpétuo, mantendo-se em pleno funcionamento mesmo após o término do contrato;
- 4.5.3. Após contratação, os itens 2, 3 e 4 poderão ser prorrogados, mediante aditivo contratual até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme prevê o art. 57 da Lei 8.666/93.

4.6. Requisitos de Segurança

4.6.1. Os serviços contratados deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes vigentes no âmbito da Administração Pública Federal relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações (SIC); em especial atenção à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2020, ao Decreto Federal nº 3.505, de 13 de junho de 2000, à Instrução Normativa GSI/PR nº 01, de 13 de junho de 2008 (e suas normas complementares) e à Política de Segurança da Informação e Comunicações do CONTRATANTE;

4.6.2. A CONTRATADA deverá credenciar junto ao CONTRATANTE seus profissionais que venham a ser designados para prestar serviços de forma presencial, bem como aqueles autorizados a retirar e/ou entregar documentos junto ao CONTRATANTE. Assim como deverá identificar qualquer equipamento de sua propriedade que venha a ser instalado nas dependências do CONTRATANTE, utilizando placas de controle patrimonial, selos de segurança, etc;

4.6.3. A propriedade intelectual e os direitos autorais dos dados e informações armazenados nos bancos de dados da CONTRATANTE, e qualquer tipo de trabalho relacionado às demandas da CONTRATANTE, serão de sua titularidade, nos termos do artigo 4º, da Lei nº 9.609/1998. A CONTRATADA deve-se abster de divulgar ou repassar quaisquer dados ou informações, salvo se expressamente autorizado pela CONTRATANTE;

4.6.4. A CONTRATADA deverá se comprometer, por si e por seus funcionários, em documento formal, a aceitar e aplicar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação do CONTRATANTE – inclusive com a assinatura de TERMO de responsabilidade e manutenção de sigilo.

4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7.1. Durante a execução de tarefas no ambiente da CONTRATANTE, os profissionais da CONTRATADA deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: asseio, pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público. Deverão ainda portar identificação pessoal, de acordo com as normas internas das instituições;

4.7.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar os manuais de instalação, configuração e uso da solução por meio de sítio para consulta *on-line*, ou *download* ou em mídia ótica em português ou inglês em formato pdf ou doc ou docx ou odt, em até 10 (dez) dias corridos da emissão de Ordem de Serviço para o Item 1;

4.7.3. Os serviços contratados deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes vigentes no âmbito da Administração Pública Federal relacionadas à Sustentabilidade, Ciclo de Vida de Software, Usabilidade e Acessibilidade; em especial atenção ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

4.8.1. A solução possui arquitetura segmentada em pelo menos 2 camadas, sendo uma camada cliente e uma ou mais camadas do tipo servidor. As camadas do tipo servidor podem ser instaladas em um único servidor ou cada camada em um servidor específico;

4.8.2. Todos os componentes das camadas de servidor da solução são passíveis de serem instalados em servidores de rede físicos e virtuais e compatíveis com pelo menos um dos seguintes sistemas operacionais:

4.8.2.1. Windows Server 2016 ou superior - 64-bit;

4.8.2.2. Red Hat Enterprise Linux 7.1 ou superior.

4.8.3. Se necessários, os módulos cliente executam em estações de trabalho com sistema operacional Windows 7 64-bit e versões superiores e suportam as seguintes opções de regionalização:

4.8.3.1. Inglês Americano (EN-US); e

4.8.3.2. Português Brasileiro (PT-BR).

4.8.4. Quando presente, a interface WEB executa em estações de trabalho com sistema operacional Windows 64-bit com suporte mínimo aos seguintes navegadores:

4.8.4.1. Mozilla Firefox (versões 60 ou superiores);

4.8.4.2. Microsoft Edge (versões 44 ou superiores); e

4.8.4.3. Google Chrome (versões 73 ou superiores).

4.8.5. A solução possui mecanismos que permitem monitorar a execução dos serviços;

4.8.6. A solução possui mecanismos para agendar execução de modelos em modo *batch* e monitorar e controlar sua execução com, no mínimo, as seguintes opções:

4.8.6.1. Agendar;

4.8.6.2. Iniciar;

4.8.6.3. Interromper;

4.8.6.4. Reiniciar; e

4.8.6.5. Visualizar *log* de execução e de erros.

4.8.7. Todas as operações listadas neste Termo de Referência como requisitos da solução são realizadas por meio de operações diretas em interface gráfica. Todavia, será permitida a utilização de linguagem de programação para customização e otimização avançada dos modelos estatísticos e de mineração de dados gerados por meio da interface gráfica;

4.8.8. A solução possibilita a incorporação e execução de scripts desenvolvidos em linguagem de programação estatística R e Python;

4.8.9. Os módulos componentes da solução devem funcionar de forma integrada e as informações sobre as bases de dados e modelos estatísticos e de mineração devem ser armazenados em um repositório de metadados comum, de modo que as informações e variáveis sobre determinada base criada em determinado módulo fiquem disponíveis nativamente para os demais módulos da solução;

4.8.10. A solução permite o armazenamento e recuperação de dados em:

4.8.10.1. Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) incluindo, no mínimo, os seguintes conectores:

4.8.10.1.1. SQL Server;

4.8.10.1.2. Conector genérico ODBC ou JDBC;

4.8.10.2. Arquivos texto, .csv;

4.8.10.3. Arquivos Microsoft Office xls, xlsx e mdb.

4.8.11. A solução permite que múltiplos arquivos de dados possam ser carregados no software;

4.8.12. A solução deve disponibilizar as seguintes características no Processo de desenvolvimento de modelos:

4.8.12.1. Permitir importação e exportação de modelos estatísticos e de mineração de dados em formato *Predictive Model Markup Language* (PMML 4.2);

4.8.12.2. Possibilitar o monitoramento do desempenho dos modelos analíticos, incluindo comparação entre diferentes modelos por meio de métricas como acurácia, precisão, *recall* e *score F1* disponível na ferramenta ou aplicativo customizado;

4.8.13. A solução deve disponibilizar as seguintes características para a Preparação de dados:

4.8.13.1. Permitir a importação e a exportação de dados;

4.8.13.2. Permitir a realização de operações de *merge* e *append*.

4.8.13.3. Realizar tratamento automático de valores faltantes com, no mínimo, as seguintes opções:

4.8.13.3.1. substituição pela média;

4.8.13.3.2. substituição pela mediana;

4.8.13.4. Permitir Redução de dimensão:

4.8.13.4.1. Remoção das variáveis com alta proporção de valores ausentes (*missing*);

4.8.13.4.2. Categorização de variáveis: em intervalos equiespaçados (*bucketed*), intervalos com frequências iguais (*quantile*) e categorização das variáveis levando em consideração o relacionamento com a variável *target*.

4.8.13.5. Permitir Eliminação automática de valores extremos utilizando:

4.8.13.5.1. Número de desvios em torno da média;

4.8.13.5.2. Número de desvios em torno da mediana.

4.8.13.6. Permitir Transformações:

4.8.13.6.1. Logarítmica;

4.8.13.6.2. Raiz quadrada;

4.8.13.6.3. Inversa;

4.8.13.6.4. Quadrática;

4.8.13.6.5. Exponencial;

4.8.13.6.6. Padronizada.

4.8.14. A solução deve disponibilizar as seguintes características para Análise descritiva e exploração de dados:

4.8.14.1. Distribuições de frequência simples;

4.8.14.2. Medidas de posição: média, mediana, moda, quartis, decis, percentis, máximo e mínimo;

4.8.14.3. Medidas de dispersão: desvio padrão, variância;

4.8.14.4. Quantidade (n);

4.8.14.5. Medida de curtose;

4.8.14.6. Medida de assimetria (Skewness);

4.8.14.7. Histograma;

4.8.14.8. Ramos e folhas;

4.8.14.9. Box Plot;

4.8.14.10. Teste de hipóteses: teste T, teste F;

4.8.14.11. Intervalos de confiança/cálculo do p-value;

4.8.14.12. Coeficiente de Correlação de Pearson;

4.8.14.13. Testes para Correlação de Pearson;

4.8.14.14. QQ Plots;

4.8.14.15. Opção para pedir tabelas no formato APA diretamente.

4.8.15. A solução deve disponibilizar as seguintes características para elaboração e visualização de Gráficos:

4.8.15.1. Elaboração de gráficos para os seguintes tipos:

4.8.15.1.1. Setores (Pizza);

4.8.15.1.2. Linhas;

4.8.15.1.3. Colunas (Barras);

- 4.8.15.1.4. Boxplot (diagrama de caixa);
- 4.8.15.1.5. Scatterplot (diagrama de dispersão);
- 4.8.15.1.6. Pareto;
- 4.8.15.1.7. Gráfico de Bolha;
- 4.8.15.1.8. Histograma;
- 4.8.15.1.9. Heatmap (mapa de calor);
- 4.8.15.1.10. Superfície.
- 4.8.15.2. Opções entre diferentes estilos de cor;
- 4.8.15.3. Configurar títulos e notas de rodapé;
- 4.8.15.4. Gerar e exportar gráficos para outros aplicativos nos seguintes formatos:
 - 4.8.15.4.1. JPEG ou PNG;
 - 4.8.15.4.2. PDF.
- 4.8.16. A solução deve disponibilizar as seguintes características de Amostragem e Filtros:
 - 4.8.16.1. Seleção de registros com utilização de variáveis, operadores lógicos e funções;
 - 4.8.16.2. Seleção de Amostra utilizando:
 - 4.8.16.2.1. Amostragem aleatória simples;
 - 4.8.16.2.2. Amostragem estratificada;
 - 4.8.16.2.3. Amostragem balanceada (Ponderada);
 - 4.8.16.2.4. Primeiras N observações do conjunto de dados.
- 4.8.17. A solução deve disponibilizar as seguintes características de Modelagem estatística:
 - 4.8.17.1. Modelos de Regressão:
 - 4.8.17.1.1. Regressão Simples;
 - 4.8.17.1.2. Regressão Múltipla;
 - 4.8.17.1.3. Regressão Não-Linear;

4.8.17.1.4. Regressão Multinomial;

4.8.17.1.5. Regressão Ordinal;

4.8.17.1.6. Regressão Probit;

4.8.17.1.7. Regressão Logit.

4.8.17.1.8. As rotinas contemplam, quando necessário, opção para métodos de seleção de variáveis do tipo *Stepwise: Forward e Backward*;

4.8.17.1.9. Os relatórios de saída contêm opções para exibir/imprimir informações estatísticas para avaliação do modelo quanto a:

4.8.17.1.9.1. Diagnóstico de multicolinearidade;

4.8.17.1.9.2. Análise de variância/Ajuste de modelo;

4.8.17.1.9.3. Análise dos resíduos.

4.8.17.2. Análise de Cluster:

4.8.17.2.1. Construção de um número pré-definido de clusters e segmentação automática (definição automática do número ideal de clusters);

4.8.17.2.2. Utilização de métodos hierárquicos;

4.8.17.2.3. Utilização do algoritmo K-MEANS;

4.8.17.2.4. Utilização do algoritmo TWO-STEP.

4.8.17.3. Análise de Variância:

4.8.17.3.1. Modelo de Efeito Fixo e Aleatório:

4.8.17.3.1.1. Análise de Variância Univariada;

4.8.17.3.1.2. Análise de Variância com dois fatores.

4.8.17.3.2. Utilização dos métodos ANCOVA/MANCOVA;

4.8.17.3.3. Utilização dos métodos ANOVA/MANOVA.

4.8.17.4. Análise Multivariada:

4.8.17.4.1. Análise de componentes principais;

4.8.17.4.2. Análise fatorial;

4.8.17.4.3. Análise discriminante;

4.8.17.4.4. Correlação Canônica;

4.8.17.4.5. Análise de Regressão multivariada.

4.8.17.5. Análise de Dados Categóricos:

4.8.17.5.1. Modelos Log-lineares;

4.8.17.6. Estatística não-paramétrica:

4.8.17.6.1. Teste Kolmogorov-Smirnof para uma amostra independente;

4.8.17.6.2. Comparação de duas ou mais amostras independentes;

4.8.17.6.3. Tabelas 2x2 - Teste Quiquadrado;

4.8.17.6.4. Testes de correlação: Kendall e Spearman.

4.8.17.7. Análise de Sobrevivência:

4.8.17.7.1 Regressão de Cox;

4.8.17.7.2 Life Table;

4.8.17.7.3 Kaplan-Meier.

4.8.18. A solução deve disponibilizar as seguintes características de Mineração de Dados:

4.8.18.1. Permitir a geração de modelos preditivos Suporte a variáveis de entrada ("*input*") e variáveis resposta ("*target*"): binárias, nominais, ordinais, intervalares e contínuas;

4.8.18.2. Utilizar Árvores de decisão:

4.8.18.2.1. Árvores de regressão e classificação, tipo chaid, C&RT e regressora;

4.8.18.2.2. Métodos avançados para seleção da árvore baseado em medidas de ganho;

4.8.18.2.3. Critérios de divisão: testes de probabilidade de quiquadrado e F, Gini, Entropia, redução da variância;

4.8.18.2.4. Diagrama de árvore editável, imprimível e exportável.

4.8.18.3. Redes neurais:

4.8.18.3.1. Possui arquitetura de rede flexível com:

4.8.18.3.1.1. Parametrização de funções de ativação (mínimo Identidade, tangente hiperbólica e curva Sigmóide);

4.8.18.3.1.2. Padronização automática das entradas;

4.8.18.3.2. Arquiteturas de redes MLP - Multi Layer Perceptron e Radial Basis Function;

4.8.18.4. Regras de Associação:

4.8.18.4.1. Algoritmos de descoberta de regras de associação;

4.8.18.4.2. Análise de Associação Apriori, disponível na ferramenta ou aplicativo customizado pela CONTRATADA.

4.8.18.5. Outros algoritmos de Machine Learning:

4.8.18.5.1. K-Nearest neighbors;

4.8.19. A solução deve permitir a exportação dos resultados dos processamentos analíticos pelo menos nos seguintes formatos:

4.8.19.1. Bancos de dados;

4.8.19.2. Portable Document Format (.pdf);

4.8.19.3. Arquivos texto (.csv).

4.8.20. Mapas do Brasil, suas regiões e seus estados, disponível na ferramenta ou aplicativo customizado pela CONTRATADA;

4.8.21. Análise de Dígitos via Lei de Benford, disponível na ferramenta ou aplicativo customizado pela CONTRATADA;

4.8.22. A solução deve ter auto-recuperação do arquivo de dados, das saídas e de sintaxes;

4.8.23. A solução deve permitir Cálculo de estimativas BOOTSTRAP sem a utilização de macros, pedindo diretamente nos procedimentos.

4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9.1. A CONTRATANTE poderá criar ambientes não produtivos (teste, homologação e treinamento) sem que haja consumo de licenças utilizadas em ambientes produtivos;

4.9.2. Demais requisitos estão especificados no item 6 - Modelo de Execução do Contrato.

4.10. Requisitos de Implantação

4.10.1. O software e seus módulos serão disponibilizados na última versão disponível pelo fabricante, ou em versão anterior desde que a critério do CONTRATANTE, a ser definido na fase de implantação da solução;

4.10.2. Demais requisitos estão especificados no item 6 - Modelo de Execução do Contrato.

4.11. Requisitos de Garantia

4.11.1. O aceite e o posterior pagamento dos serviços entregues pela CONTRATADA, não a exime das responsabilidades quanto às garantias específicas associadas a cada produto ou artefato desenvolvido e estabelecido na Ordem de Serviço, ficando a CONTRATADA responsável pela correção de todos os erros, defeitos, *bugs*, falhas e quaisquer outras irregularidades pelo período de 06 (seis) meses, contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.12. Requisitos de Experiência Profissional

4.12.1. Os profissionais designados para a execução dos serviços técnicos especializados deverão ser comprovadamente capacitados pelo fabricante para a utilização e/ou operação das ferramentas e/ou equipamentos necessários para o desempenho de suas atividades.

4.13. Requisitos de Formação da Equipe

4.13.1. Os profissionais designados para a execução dos serviços técnicos especializados deverão possuir Certificado oficial emitido pelo fabricante ou comprovante de conclusão de curso oficial em nome deste profissional nos produtos, serviços e tecnologia objetos da ordem de serviço.

4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.14.1. A critério do CONTRATANTE, poderá ser alocado servidor público para acompanhar as atividades de levantamento de requisitos realizadas pela CONTRATADA, tendo em vista a preservação do conhecimento do negócio relativo à aplicação que está sendo desenvolvida.

4.14.2. Demais requisitos estão especificados no item 6 - Modelo de Execução do Contrato.

4.15. Requisitos de Segurança da Informação

4.15.1. A CONTRATADA deve manter a mais absoluta confidencialidade a respeito de quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou outros materiais de propriedade do CONTRATANTE, ou de terceiros, aos quais tiver acesso em decorrência da prestação de serviços objeto do contrato, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelar estes, sob qualquer justificativa.

4.15.2. A solução deve disponibilizar no mínimo as seguintes características de segurança de informação:

4.15.2.1. Prover autenticação de usuários integrada com o serviço de diretório Microsoft Active Directory (AD) ou Lightweight Directory Access Protocol (LDAP);

4.15.2.2. Possibilitar controle centralizado de segurança para atribuição de privilégios a níveis de perfis de usuários;

4.15.2.3. Possibilitar restrição de funcionalidades da solução para um determinado usuário ou perfil;

4.15.2.4. Possibilitar o controle de acesso de acordo com o perfil do usuário;

4.15.2.5. Possuir mecanismos de monitoração de acessos (*logs*).

4.16. Outros requisitos aplicáveis

4.16.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e do art. 1º, inciso XXIII da Portaria 443/2018 MPDG/GM, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada;

4.16.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5 – RESPONSABILIDADES

5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

- a. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- b. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- c. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- d. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- e. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- f. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- g. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;

5.1.1. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

- a. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- b. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

- c. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- d. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- e. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- g. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- h. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- i. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de profissional que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Rotinas de Execução

6.1.1. Reunião Inicial de Contrato

6.1.1.1. A reunião inicial é o marco que firma o relacionamento entre as partes. Esta reunião deverá ocorrer até o décimo dia útil após a publicação do contrato no Diário Oficial da União, nos termos do Art. 31 da Instrução Normativa SGD nº 01/2019;

6.1.1.2. O agendamento desta reunião é responsabilidade do Gestor do Contrato. Nesta reunião serão tratados os seguintes assuntos:

- a. Apresentação do preposto da empresa pelo representante legal da CONTRATADA;
- b. Entrega, por parte da contratada, do Termo de Confidencialidade e Segurança da Informação, conforme art. 18, inciso V da Instrução Normativa SGD nº 01/2019;
- c. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- d. Proposta de Cronograma de execução dos serviços;
- e. Repasse à CONTRATADA de conhecimentos necessários à execução dos serviços ou ao fornecimento de bens.

6.1.2. Forma de execução e acompanhamento dos serviços

6.1.2.1. Para o serviço de licenciamento de software (Item 1);

6.1.2.1.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar as licenças, documentações e todos os arquivos necessários para a instalação e ativação da solução no prazo de 10 (dez) dias corridos a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, através de endereço (*link*) ou portal para *download* do software licenciado pela CONTRATANTE;

6.1.2.1.2. Todas as instruções necessárias para viabilização da solução deverão estar disponíveis para a CONTRATANTE, seja por meio de documento eletrônico ou impresso, e-mail ou telefone de contato;

6.1.2.1.3. O software e seus módulos serão disponibilizados na última versão disponível pelo fabricante, ou em versão anterior desde que a critério do CONTRATANTE, a ser definido na fase de implantação da solução.

6.1.2.2. Para os serviços de suporte técnico e atualização de versão (Itens 1 e 2);

6.1.2.2.1. A execução dos serviços de suporte técnico e atualização de versão será autorizada mediante abertura de Ordem de Serviço, onde conterà, no mínimo, o período de prestação dos serviços;

6.1.2.2.2. O prazo de prestação dos serviços de suporte técnico e atualização de versão será de 12 (doze) meses, contados a partir da comunicação da disponibilização dos serviços pela CONTRATADA;

6.1.2.2.2.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar o serviço em até 10 (dez) dias corridos a partir da data de emissão da Ordem de Serviço;

6.1.2.2.2.2. A comunicação deve respeitar os prazos acordados na Ordem de Serviço para os devidos recebimentos provisório e definitivo;

6.1.2.2.3. Para o Item 2, o início da execução dos serviços ocorrerá após o término dos 12 (doze) meses de suporte inclusos no Item 1 (licenciamento) e desde que autorizado através de Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado até o limite contratual estabelecido em lei. Isto objetiva a continuidade dos serviços sem que haja duplicidade de pagamento;

6.1.2.2.4. Ocorrendo lançamento de nova versão, patch e/ou correção dos produtos bem como de boletins técnicos e manuais com informações que assegurem a plena utilização dos produtos na vigência da prestação dos serviços, a CONTRATADA comunicar a CONTRATANTE no prazo de até 5 (cinco) dias úteis do lançamento, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE;

6.1.2.2.5. Caso seja divulgada pelo fabricante uma vulnerabilidade muito crítica na solução, o prazo de comunicação à CONTRATANTE com as recomendações para correção ou mitigação é de 2 (dois) dias úteis da divulgação.

6.1.2.3. Para os serviços técnicos especializados (Item 3):

6.1.2.3.1. Os serviços serão demandados por meio de Ordens de Serviço emitidas pela CONTRATANTE e remunerados de acordo com valor previamente estabelecido, independentemente do número de profissionais alocados ou do tempo efetivamente gasto na execução dos serviços;

6.1.2.3.2. Cada OS deverá ser planejada, sem ônus, em conjunto entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE;

6.1.2.3.3. Cada UST equivale a 01 (uma) hora de esforço especializado, não individualizada, por ser considerada atividade complexa de execução;

6.1.2.3.4. Para fins de controle e acompanhamento, as ordens de serviço abertas poderão ser registradas em sistema de gestão de demandas além do registro no processo administrativo do contrato. O prazo de atendimento será estabelecido caso a caso e firmado na própria ordem de serviço, observando os critérios constantes no Catálogo de Serviços a ser disponibilizado na reunião inicial do contrato;

6.1.2.3.5. A relação de serviços descritos no Catálogo de Serviços poderá sofrer redimensionamento, com possibilidade de exclusão de serviços não realizados, inclusão de novos serviços, bem como a definição de seus valores em UST de acordo com o perfil técnico, além de ajustes referentes aos serviços, desde que as partes estejam em comum acordo e devidamente justificadas em documento formal;

6.1.2.3.6. Eventuais alterações nas Ordens de Serviço em execução serão avaliadas pela CONTRATANTE registradas formalmente para fins de adequação dos serviços executados;

6.1.2.3.7. Todos os serviços prestados pela CONTRATADA deverão ser documentados (passo-a-passo), registrados e entregues à contratante em meio eletrônico ou impresso;

6.1.2.3.8. Para a prestação desse serviço, a CONTRATADA deverá atender os Requisitos de Experiência Profissional e de Formação da Equipe, previstos respectivamente nos itens 4.12 e 4.13;

6.1.2.3.9. Os serviços deverão ser executados nas dependências da CONTRATANTE em Brasília (DF), ou eventualmente de forma remota somente se autorizado pela CONTRATANTE ou por fato superveniente devidamente comprovado;

6.1.2.3.10. A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer tempo, a substituição de profissional alocado para atendimento da ordem de serviço, caso esse não demonstre experiência, capacidade técnica ou domínio da solução em nível compatível com os produtos ou serviços objeto da ordem de serviço;

6.1.2.3.11. A CONTRATANTE responsabilizar-se-á por fornecer à CONTRATADA os acessos necessários à prestação de serviços efetuados em suas dependências ou remotamente;

6.1.2.3.12. A CONTRATADA emitirá o Relatório de Entrega da Ordem de Serviço, que tem como objetivo auxiliar as partes interessadas no entendimento dos produtos entregues, assim como demonstrar os resultados dos trabalhos desenvolvidos em cada entrega. O relatório deverá conter no mínimo:

- a. Número(s) da(s) Ordem(ns) de Serviço;
- b. Descrição dos Serviços;
- c. Período de execução dos serviços;
- d. Detalhamento dos serviços executados e artefatos produzidos;
- e. Quantitativo executado e Valor total devido.

6.1.2.4. Para os serviços de treinamento em solução analítica e mineração de dados (Item 4):

6.1.2.4.1. Os treinamentos serão demandados por meio de Ordens de Serviços emitidas pela CONTRATANTE, contendo, no mínimo, a descrição do curso a ser ministrado, opções de datas para a realização do curso e o valor total a ser pago;

6.1.2.4.2. Demais informações, consultar o item 4.2 - Requisitos de Capacitação;

6.1.3. Procedimentos para encaminhamento e controle de chamados para suporte técnico e atualização de versão

6.1.3.1. O suporte técnico e atualização de versão corretiva serão realizados sempre que solicitado pela CONTRATANTE por meio da abertura de chamado em central de atendimento da CONTRATADA ou do fabricante sob responsabilidade da CONTRATADA;

6.1.3.1.1. Deverão ser disponibilizados pelo menos 2 (dois) meios de abertura de chamado técnico:

6.1.3.1.1.1. telefone (ligação gratuita ou ligação local em Brasília/DF);

6.1.3.1.1.2. sítio na Internet (sistemas de *helpdesk* ou *service desk*);

6.1.3.1.1.3. e-mail;

6.1.3.1.1.4. *WhatsApp* (Conta comercial) ou ferramenta de ligação VoIP (ex., Skype, Webex).

6.1.3.2. Este serviço deve estar disponível para acionamento e atendimento pelo menos de segunda-feira a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, das 9h às 18h, sem intervalo e com tolerância de até 1h para mais ou para menos. O serviço deve ser prestado em língua portuguesa (Brasil) e os registros de data e hora de abertura do chamado, e de data e hora do início, *follow-up* e término do atendimento devem respeitar o fuso horário oficial de Brasília;

6.1.3.2.1. Para os casos de acionamentos e/ou atendimentos a problemas críticos (nível de severidade 1) fora do horário normal de suporte, no mínimo a CONTRATADA deverá priorizar o atendimento na primeira hora útil seguinte à solicitação;

6.1.3.2.2. O registro e atualização de chamados em sítio na Internet poderão ocorrer na modalidade 24 x 7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias na semana).

6.1.3.3. Na abertura de chamados técnicos, serão fornecidas informações, como anormalidade observada, nome do responsável pela solicitação do serviço, nome e versão do produto ou módulo utilizado, severidade do chamado e outras informações que julgar necessárias para sua resolução;

6.1.3.4. Todos os prazos para atendimento do suporte técnico começarão a ser contados a partir da abertura do chamado, independentemente da forma de acionamento;

6.1.3.5. Os profissionais designados para atendimento aos chamados técnicos deverão ser certificados pelo fabricante nos produtos, serviços e tecnologia objetos do chamado;

6.1.3.6. Todas as solicitações feitas pelo CONTRATANTE deverão estar registradas em sistema informatizado da CONTRATADA ou do fabricante sob responsabilidade da CONTRATADA para acompanhamento e controle da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

6.1.3.7. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente ou quando solicitada, um Relatório de Atendimento, contendo identificação do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora do início e término do atendimento, identificação do defeito, técnico responsável pela solução, as providências adotadas e outras informações pertinentes;

6.1.3.8. O tempo de solução do chamado será suspenso quando houver pendência de responsabilidade da CONTRATANTE, e será retomado quando a pendência for sanada;

6.1.3.9. A solução operacional e definitiva do problema técnico deverá ser concluída nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência dentro dos períodos de atendimento definidos, a partir da abertura do chamado, descontando o tempo que ficou sob responsabilidade da CONTRATANTE;

6.1.3.9.1. Entende-se como solução operacional, a disponibilidade do sistema/serviço, ainda que de forma paliativa ou temporária;

6.1.3.9.2. Entende-se como solução definitiva, a resolução completa da causa do problema.

6.1.3.10. Para uma boa e regular prestação de serviços de suporte técnico e direito de atualização dos produtos e conforme níveis de severidade dos chamados, os seguintes prazos deverão ser atendidos pela CONTRATADA;

6.1.3.10.1. Uma hora útil é aquela compreendida entre o período de 9h às 18h, sem intervalo e com tolerância de até 1h para mais ou para menos. Um dia útil é aquele compreendido entre segunda e sexta-feira, excetuando-se feriados nacionais;

6.1.3.10.2. Quando o chamado depender de análise ou desenvolvimento complexo do(s) Sistema(s) em laboratório ou apoio do fabricante do software, os prazos de resposta ou solução poderão ser superiores ao esperado. Neste caso, a CONTRATADA deverá registrar essa situação e observar os prazos de frequência de atualização do chamado.

Nível de Severidade	Condição	Prazo para início de atendimento	Frequência de atualização do chamado (<i>Follow-up</i>)
1	Um ambiente de produção crítico da solução está parado ou fora de funcionamento e não há meios de contorno do problema; um número significativo de usuários são afetados pelo problema.	2 horas úteis após abertura do chamado	cada dia útil
2	Um componente da solução está parado ou fora de funcionamento, causando um impacto operacional significativo.	4 horas úteis após abertura do chamado	a cada 2 dias úteis
3	Um componente da solução não está funcionando como documentado; problemas são passíveis de serem contornados; podem ocorrer impactos moderados ou pequenos.	24 horas*	a cada 3 dias úteis
4	Dúvidas e problemas na utilização, ou esclarecimentos da documentação.	24 horas*	a cada 10 dias úteis
5	Sugestões, solicitações de desenvolvimento de novas “ <i>features</i> ” ou melhorias.	24 horas*	a cada 30 dias úteis

*Não inclui sábados, domingos e feriados nacionais

6.1.3.11. A CONTRATADA não será responsabilizada pelo não atendimento do nível de serviço estabelecido quando o chamado técnico for originado por falha, interrupção ou qualquer outra ocorrência nos serviços prestados pelas concessionárias de serviços de telecomunicações ou energia elétrica, indisponibilidade de dados, inconsistência de dados e informações geradas pela CONTRATANTE, infraestrutura e capacidade de ambiente de tecnologia da CONTRATANTE ou de

terceiros, inclusive o tempo necessário à restauração do ambiente após o restabelecimento das condições de operação, não se caracterizando nesses casos a indisponibilidade dos serviços ou inadimplemento da CONTRATADA;

6.1.3.12. Considera-se um problema plenamente solucionado quando os sistemas e serviços forem restabelecidos sem restrições e de forma definitiva, ou seja, quando não se tratar de uma resolução paliativa;

6.1.3.13. Toda e qualquer intervenção no ambiente produtivo resultante de suporte técnico deve ser executada somente mediante prévia autorização da CONTRATANTE, a partir de informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados pela CONTRATADA;

6.1.3.14. Ao término dos testes e do atendimento (fechamento do chamado), as causas do problema e a resolução adotada deverão ser detalhadamente registradas no sistema citado no item 6.1.3.6, e estarão disponíveis para consulta pela CONTRATANTE ou serão disponibilizados ao CONTRATANTE sempre que solicitado;

6.1.3.15. Nos casos em que o atendimento não se mostrar satisfatório, a CONTRATANTE fará reabertura do chamado, mantendo-se as condições e prazos do primeiro chamado;

6.1.4. Papéis e responsabilidades

6.1.4.1. Os papéis e responsabilidades são aqueles definidos no item 5 - RESPONSABILIDADES e na Instrução Normativa SGD nº 01/2019 e suas atualizações.

6.2. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.2.1. O quantitativo mínimo a ser contratado é:

6.2.1.1. Item 1 - Licença perpétua de solução analítica integrada de estatística e mineração de dados, com garantia de atualização de versão e suporte técnico pelo período de 12 meses;

6.2.1.2. Item 2 - Serviço de suporte técnico e direito de atualização de versão da solução relacionada no Item 1.

6.2.1.3. Item 3 - Serviços Técnicos Especializados em solução analítica (80 UST);

6.2.1.4. Item 4 - Treinamento em análise estatística e mineração de dados.

6.3. Mecanismos formais de comunicação

6.3.1. Conforme art. 18, inciso III da Instrução Normativa SGD nº 01/2019, a comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA deverá ser formal e ocorrerá através dos seguintes mecanismos:

a. Contrato e Termos Aditivos;

b. Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens;

- c. Termos de Recebimento;
- d. Cartas e Ofícios;
- e. Atas de reuniões;
- f. Chamados registrados na central de atendimento da CONTRATADA;
- g. E-mails institucionais ou corporativos;
- h. Demais documentos previstos no instrumento convocatório.

6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.4.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos;

6.4.2. O **Termo de Compromisso**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os profissionais da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS III - TERMO DE COMPROMISSO e IV - TERMO DE CIÊNCIA, respectivamente.

7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Critérios de Aceitação

7.1.1. Visando avaliar a qualidade e prazos dos serviços prestados pela CONTRATADA e em conformidade com os Requisitos Legais, a CONTRATANTE estabelecerá Níveis Mínimos de Serviço Exigidos (Item 7.3), que contemplem de forma objetiva os limiares de qualidade e desempenho aceitáveis dos produtos e serviços recebidos pela CONTRATANTE;

7.1.2. Conforme os Requisitos Legais desta contratação, haverá retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA:

- a. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos Critérios de Aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- b. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.3. Deverão ser cumpridos os seguintes critérios de aceitação:

7.1.3.1. Para o item de licenciamento (Item 1):

- a. a comprovação do registro do licenciamento adquirido, e a confirmação da disponibilidade de acesso aos serviços de suporte técnico e de atualização de versão pelo período de prestação dos serviços;
- b. o atingimento da meta definida no INDICADOR 1: IPEOS – INDICADOR DE PONTUALIDADE DE ENTREGA DE OS, cujo valor será mensurado conforme critérios definidos no indicador e utilizado para efeitos de recebimento definitivo e pagamento; e
- c. o atingimento da meta definida no INDICADOR 2: IACP – INDICADOR DE ATENDIMENTO DE CHAMADOS DENTRO DOS PRAZOS, cujo valor será mensurado mensalmente após a disponibilização dos serviços para efeitos de aplicação de sanções conforme item 7.4.4.10.

7.1.3.2. Para o item de suporte técnico e direito de atualização de versão (Item 2):

- a. a confirmação da disponibilidade de acesso aos serviços de suporte técnico e de atualização de versão pelo período de prestação dos serviços; e
- b. o atingimento da meta definida no INDICADOR 2: IACP – INDICADOR DE ATENDIMENTO DE CHAMADOS DENTRO DOS PRAZOS, cujo valor será mensurado conforme critérios definidos no indicador e utilizado para efeitos de recebimento definitivo e pagamento;

7.1.3.3. Para o item de serviços especializados em solução analítica (Item 3):

- a. a entrega pela CONTRATADA e validação pela CONTRATANTE de todos os produtos previstos na Ordem de Serviço; e
- b. o atingimento da meta definida no INDICADOR 1: IPEOS – INDICADOR DE PONTUALIDADE DE ENTREGA DE OS, cujo valor será mensurado conforme critérios definidos no indicador e utilizado para efeitos de recebimento definitivo e pagamento;

7.1.3.4. Para o item de treinamento (Item 4):

- a. a entrega pela CONTRATADA dos certificados aos participantes; e
- b. o atingimento da meta definida no INDICADOR 3: IAT – INDICADOR DE AVALIAÇÃO DO TREINAMENTO, cujo valor será mensurado conforme critérios definidos no indicador e utilizado para efeitos de recebimento definitivo e pagamento;

7.2. Do Recebimento do Objeto e Procedimentos de Teste e Inspeção

7.2.1. Para fins de emissão de Termo de Recebimento Provisório, que é a declaração formal de que os serviços foram prestados, para posterior análise das conformidades e qualidades baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação da contratação, a CONTRATADA deverá executar os serviços e entregar os produtos previstos e nos prazos acordados nas Ordens de Serviços;

7.2.1.1. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico em até 5 (cinco) dias úteis da entrega dos produtos;

7.2.2. Em até 10 (dez) dias úteis após a entrega da documentação e dos produtos resultantes da execução das OS, os fiscais técnico e requisitante da CONTRATANTE responsáveis por este contrato realizarão a avaliação da qualidade dos serviços realizados e produtos resultantes da OS, em atendimento ao item 7.1 - Critérios de Aceitação. Isto não exime a CONTRATADA em realizar a avaliação da qualidade de produtos e artefatos antes da entrega para a CONTRATANTE. Após a execução da avaliação da qualidade dos serviços realizados e produtos resultantes da OS, os fiscais técnico e requisitante da CONTRATANTE elaborarão parecer ou termo circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, e solicitarão ao Fiscal Administrativo a verificação de aderência aos termos contratuais;

7.2.2.1. De forma a subsidiar a avaliação da qualidade dos serviços executados, a CONTRATANTE realizará pelo menos os seguintes procedimentos de teste e inspeção:

7.2.2.1.1. Para o item de licenciamento (Item 1):

- a. Verificar a ativação das licenças disponibilizadas por meio de consulta ao sítio da CONTRATADA ou do fabricante da solução, ou ainda a declaração fornecida pela CONTRATADA de registro das licenças;
- b. Verificar a ativação dos serviços de suporte técnico e de atualização de versão, por meio de consulta ao sítio da CONTRATADA ou do fabricante da solução, ou ainda por acionamento do suporte;
- c. Verificar o cumprimento do Indicador de Pontualidade de Entrega de OS, quando da disponibilização das licenças; e
- d. Verificar mensalmente o cumprimento do Indicador de Atendimento de Chamados dentro dos Prazos.

7.2.2.1.2. Para o item de suporte técnico e direito de atualização de versão (Item 2):

- a. Verificar a ativação dos serviços por meio de consulta ao sítio da CONTRATADA ou do fabricante da solução, ou ainda por acionamento do suporte;
- b. Verificar o cumprimento do Indicador de Atendimento de Chamados dentro dos Prazos.

7.2.2.1.3. Para o item de serviços especializados em solução analítica (Item 3):

- a. Verificar o cumprimento do Indicador de Pontualidade de Entrega de OS;
- b. Realizar análise do Relatório de Entrega da Ordem de Serviço, especialmente quanto ao cumprimento de prazos e de entrega dos produtos previstos;
- c. Verificar se toda a documentação produzida está gramaticalmente correta, redigida de forma clara, ou seja, garantindo bom entendimento e evitando mais de uma interpretação em relação ao objeto para o qual for escrito;
- d. Verificar se as entregas se encontram homologadas ou realizar a homologação dos produtos, com base no previsto na Ordem de Serviço.

7.2.2.1.4. Para o item de treinamento (Item 4):

- a. Avaliar os Formulários de Avaliação de Treinamento preenchidos pelos participantes;
- b. Verificar o cumprimento do Indicador de Avaliação do Treinamento e se os certificados foram emitidos e entregues aos participantes.

7.2.3. Caso sejam identificadas não conformidades no processo de avaliação da qualidade dos serviços executados e produtos e artefatos entregues ou não aderências aos termos contratuais, o Gestor do Contrato notificará a CONTRATADA sobre as falhas e não conformidades encontradas, cabendo a ela corrigi-las e encaminhar os produtos e artefatos dentro do prazo estipulado na notificação para nova avaliação por parte da CONTRATANTE, podendo incorrer em atraso e não atendimento dos níveis de serviço da OS entregue para verificação. Este fluxo será seguido até que todas as não conformidades encontradas sejam sanadas. Os custos para correção das não conformidades identificadas serão de responsabilidade da CONTRATADA sem ônus adicional para a CONTRATANTE, exceto se a causa da não conformidade for de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE, devidamente comprovada;

7.2.4. Caso os serviços executados e produtos e artefatos entregues estejam em conformidade com os termos contratuais, os fiscais técnico e requisitante emitirão Termo de Recebimento Definitivo, que é a declaração formal de que os serviços prestados ou bens fornecidos atendem aos requisitos estabelecidos e aos critérios de aceitação, e comunicarão o Gestor do Contrato;

7.2.5. Com o(s) Termo(s) de Recebimento Definitivo emitido(s), caberá ao Gestor do Contrato:

- a. verificar a incidência de glosas e sanções a partir dos apontamentos dos fiscais técnico, requisitante ou administrativo. Se aplicáveis, ele deverá encaminhar a indicação de glosa(s) e/ou sanções para providências da Área Administrativa; e
- b. autorizar o faturamento e comunicar a CONTRATADA em até 3 (três) dias úteis para que emita a Nota Fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização a partir do cumprimento dos critérios de aceitação.

7.2.6. Na hipótese de o recebimento provisório ou definitivo não ser procedido dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizado, consumando-se no dia do esgotamento do prazo;

7.2.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor;

7.2.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Gestor do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

7.2.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

7.2.9.1. Neste sentido, para os serviços de suporte técnico e direito de atualização de versão (Itens 1 e 2), além dos procedimentos previstos no item 7.2.2.1.2, serão realizadas as seguintes atividades:

- a. Analisar o Relatório de Atendimento disponibilizada pela CONTRATADA;
- b. Acompanhar o cumprimento dos prazos e a resolução dos problemas dos chamados técnicos abertos.

7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.3.1. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos são indicadores mensuráveis estabelecidos pela CONTRATANTE para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação;

7.3.2. A CONTRATADA deverá atender aos níveis de serviço definidos. A apuração dos níveis de serviço não considerará os períodos de indisponibilidades justificadas, que podem decorrer de:

- a. períodos de interrupção previamente acordados;
- b. interrupção de serviços públicos essenciais à plena execução dos serviços (exemplo: suprimento de energia elétrica);

- c. indisponibilidade de acesso ao(s) servidor(es), ao ambiente e/ou aos sistemas da rede da CONTRATANTE, motivada por razões incontrolláveis (exemplo: greve de servidores, afastamento, ausência de respostas);
- d. falhas da infraestrutura da CONTRATANTE (exemplo: *link* de comunicação, equipamentos servidores, elementos de rede, *storages*);
- e. falhas nos mecanismos e sistemas de segurança da informação da CONTRATANTE que impeçam a plena execução dos serviços;
- f. motivos de força maior (exemplo: enchentes, terremotos ou calamidade pública).

7.3.3. O não cumprimento dos valores mínimos/máximos exigidos nos indicadores ensejará em sanções de acordo com o estipulado no tópico "**Faixas de ajuste no pagamento e Sanções**";

7.3.4. Consideram-se Ordens de Serviço encerradas aquelas que foram aceitas pela CONTRATANTE por meio de Termo de Recebimento Definitivo;

7.3.5. Para efeito de cálculo da aferição dos indicadores, quando não definido de forma diferente, serão considerados valores com duas casas decimais.

7.3.6. Segue relação de indicadores que compõem os Níveis Mínimos de Serviço Exigidos:

INDICADOR 1: IPEOS – INDICADOR DE PONTUALIDADE DE ENTREGA DE OS		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Verificar a pontualidade na entrega dos produtos e serviços previstos nas Ordens de Serviço Concluídas	
Meta a cumprir	IPEOS >= 90%	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da CONTRATANTE e lista de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos.	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OS (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OS.	
Periodicidade	Para cada Ordem de Serviço encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	

$$\text{IPEOS} = (1 - ((\text{TEX} - \text{TEST}) / \text{TEST})) * 100$$

Mecanismo de Cálculo (métrica)

Onde:

IPEOS – Indicador de Pontualidade de Entrega da OS;

TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OS, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OS.

A data de início será aquela constante na OS; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OS.

A data de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OS continua a correr, findando-se apenas quanto a CONTRATADA entrega os produtos da OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico.

TEST – Tempo Estimado para a execução da OS – constante na OS, conforme estipulado no Termo de Referência.

Observações

Não há

Início de Vigência

A partir da emissão da OS.

Faixas de ajuste no pagamento e Sanções

Para valores do indicador **IPEOS**:

De 100% a 90% – Pagamento integral da OS;

De 89,99% a 80% – Glosa de 1% sobre o valor da OS;

De 79,99% a 70% – Glosa de 2% sobre o valor da OS;

De 69,99% a 50% – Glosa de 3% sobre o valor da OS;

De 49,99% a 0% – Glosa de 5% sobre o valor da OS;

Abaixo de 0% – Será aplicada Glosa de 10% sobre o valor da OS e multa de 0,5% sobre o valor do Contrato.

INDICADOR 2: IACP – INDICADOR DE ATENDIMENTO DE CHAMADOS DENTRO DOS PRAZOS

Tópico	Descrição	
Finalidade	Verificar o desempenho satisfatório de atendimento e resolução de chamados, dentro do prazo esperado, de acordo com o grau de severidade.	
Meta a cumprir	IACP >= 98%	A meta definida visa garantir o atendimento e resolução dos chamados técnicos dentro dos prazos previstos no item 6.1.3.10.
Instrumento de medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de chamados, por controle próprio da CONTRATANTE e lista de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos.	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme dados coletados das ferramentas e dos relatórios de atendimento.	
Periodicidade	Mensalmente.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$\text{IACP} = (\text{TCAP} / \text{TC}) * 100$ <p>Onde:</p> <p>IACP – Indicador de Atendimento de Chamados dentro dos Prazos;</p> <p>TCAP – Total de chamados atendidos e resolvidos dentro dos prazos;</p> <p>TC – Total de chamados encerrados.</p>	
Observações	Obs1: Serão considerados chamados atendidos e resolvidos dentro dos prazos aqueles que cumpriram os prazos de início de atendimento, de solução de contorno e de solução do chamado.	
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.	
Faixas de ajuste no	Para valores do indicador IACP :	

pagamento e Sanções

De 100% a 98% – Não há sanção;

De 97,99% a 85% – Glosa de 1% sobre 1/12 (um doze avos) do valor da OS;

De 84,99% a 75% – Glosa de 2% sobre 1/12 (um doze avos) do valor da OS;

De 74,99% a 65% – Glosa de 3% sobre 1/12 (um doze avos) do valor da OS;

De 64,99% a 50% – Glosa de 5% sobre 1/12 (um doze avos) do valor da OS;

Abaixo de 50% – Glosa de 10% sobre 1/12 (um doze avos) do valor da OS e de 0,5% sobre o valor do Contrato.

INDICADOR 3: IAT – INDICADOR DE AVALIAÇÃO DO TREINAMENTO

Tópico	Descrição	
Finalidade	Verificar o grau de satisfação dos participantes quanto ao treinamento realizado	
Meta a cumprir	IAT >= 70,00%	A meta definida visa garantir a prestação do serviço de treinamento dentro de padrões mínimos de qualidade e satisfação.
Instrumento de medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, pelos Formulários de Avaliação de Treinamento preenchidos pelos participantes, por controle próprio da CONTRATANTE e lista de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos.	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme dados coletados das ferramentas e dos formulários de avaliação.	
Periodicidade	Para cada Ordem de Serviço encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IAT = \left[\frac{QTD("Bom") + QTD("MuitoBom") + QTD("Excelente")}{QTD("Alunos") * QTD("Perguntas")} \right] * 100$	

	<p>Onde:</p> <p>IAT– Indicador de Avaliação de Treinamento;</p> <p>QTD("Bom") - Quantidade de respostas recebidas do tipo "Bom" ou similar;</p> <p>QTD("MuitoBom") - Quantidade de respostas recebidas do tipo "Muito Bom" ou similar;</p> <p>QTD("Excelente") - Quantidade de respostas recebidas do tipo "Excelente" ou similar</p> <p>QTD("Alunos") - Quantidade de participantes que preencheram a avaliação</p> <p>QTD("Perguntas") - Quantidade de perguntas pertinentes à contratada contidas no Formulário de Avaliação</p>
Observações	Não há
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAT:</p> <p>De 100% a 70% – Pagamento integral da OS;</p> <p>De 69,99% a 50% – Glosa de 5% sobre o valor da OS;</p> <p>De 49,99% a 0% – Glosa de 10% sobre o valor da OS.</p>

7.3.7. Os Níveis Mínimos de Serviços Exigidos poderão ser revistos, a qualquer tempo, no decorrer da vigência do contrato em função da necessidade do negócio, evolução tecnológica ou, ainda, quando verificada a sua impropriedade, desde que justificado e acordado entre as partes. Isto não implica em acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites permitidos na Lei 8666/93.

7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.4.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

7.4.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

7.4.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

7.4.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

7.4.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

7.4.1.5. cometer fraude fiscal.

7.4.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

7.4.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

7.4.2.2. **Multa de:**

7.4.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

7.4.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

7.4.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

7.4.2.2.4. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

7.4.2.2.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7.4.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

7.4.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

7.4.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 7.4.1 deste Termo de Referência.

7.4.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.4.3. As sanções previstas nos subitens 7.4.2.1, 7.4.2.3, 7.4.2.4 e 7.4.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

7.4.4. Além das sanções definidas acima, segue relação de sanções conforme ocorrência:

TABELA DE INFRAÇÕES/SANÇÕES

ITEM	OCORRÊNCIA	SANÇÃO
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do Contrato.
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Penalidade prevista nos itens 7.4.2.2.1 ou 7.4.2.2.2. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, e sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do Contrato.
5	Manter profissional sem qualificação e experiência para executar os serviços contratados, por serviço e por dia;	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do Contrato.
6	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do Contrato.

7	Deixar de substituir profissional que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por prestador e por dia;	Advertência. Em caso de reincidência, 0,1% sobre o valor total do Contrato.
8	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	Multa de 0,2% sobre o valor total do Contrato.
9	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	Advertência. Em caso de reincidência, 0,1% sobre o valor total do Contrato.
10	Não atender ao indicador de nível de serviço IACP – INDICADOR DE ATENDIMENTO DE CHAMADOS DENTRO DOS PRAZOS	Multa de 1% sobre 1/12 (um doze avos) do valor da OS, para valores do IACP de 97,99% a 85%; Multa de 2% sobre 1/12 (um doze avos) do valor da OS, para valores do IACP de 84,99% a 75%; Multa de 3% sobre 1/12 (um doze avos) do valor da OS, para valores do IACP de 74,99% a 65%; Multa de 5% sobre 1/12 (um doze avos) do valor da OS, para valores do IACP de 64,99% a 50%; Multa de 10% sobre 1/12 (um doze avos) do valor da OS e de 0,5% sobre o valor do Contrato, para valores do IACP abaixo de 50%.

7.4.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

7.4.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.4.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.4.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

7.4.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

7.4.7.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

7.4.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

7.4.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

7.4.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR;

7.4.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

7.4.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

7.4.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.5. Do Faturamento

7.5.1. Somente serão faturados os serviços efetivamente prestados previstos nas Ordens de Serviços emitidas pelo Gestor do Contrato;

7.5.2. A CONTRATADA deverá fornecer relatórios de comprovação dos serviços prestados, com discriminação dos itens faturáveis, quantitativos, preços unitários e totais, assim como desempenho dos indicadores dos níveis de serviços exigidos;

7.5.3. Os pagamentos dos serviços constantes das respectivas Ordens de Serviços serão autorizados com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, descontados os valores de eventuais glosas e sanções;

7.5.4. Para o item de licenciamento (Item 1):

- a. O pagamento será realizado em parcela única, de acordo com as especificações constantes da Ordem de Serviço, descontados os valores em desacordo com os critérios de aceitação previstos no Termo de Referência.

7.5.5. Para o item de suporte técnico e direito de atualização de versão (Item 2):

- a. O pagamento será realizado em parcelas mensais, ou seja, um doze avos (1/12) do valor contratado do item, de acordo com as especificações constantes da(s) Ordem(ns) de Serviço, descontados os valores em desacordo com os critérios de aceitação previstos no Termo de Referência.

7.5.6. Para o item de serviços especializados em solução analítica (Item 3):

- a. O pagamento será realizado de acordo com as especificações constantes das Ordens de Serviço, descontados os valores em desacordo com os critérios de aceitação previstos no Termo de Referência.

7.5.7. Para o item de treinamento (Item 4):

- a. O pagamento será realizado em parcela única, de acordo com as especificações constantes das Ordens de Serviço, descontados os valores em desacordo com os critérios de aceitação previstos no Termo de Referência.

7.6. Do Pagamento

7.6.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura;

7.6.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.6.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência;

7.6.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.6.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.6.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.6.4.1. o prazo de validade;

7.6.4.2. a data da emissão;

7.6.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.6.4.4. o período de prestação dos serviços;

7.6.4.5. o valor a pagar; e

7.6.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.6.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

7.6.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.6.6.1. não produziu os resultados acordados;

7.6.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.6.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.6.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.6.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

7.6.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE;

7.6.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

7.6.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.6.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

7.6.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF;

7.6.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

7.6.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber;

7.6.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;

7.6.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da

seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX) \times (6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

8 – ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 1.202.893,86 (Um milhão duzentos e dois mil e oitocentos e noventa e três reais e oitenta e seis centavos)**.

Grupo	Item	Descrição do Bem ou Serviço	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário máximo	Valor mensal máximo	Valor total máximo
1	1	Licença perpétua de solução analítica integrada de estatística e mineração de dados, com garantia de atualização de versão e suporte técnico pelo período de 12 meses.	1	unidade	R\$ 938.004,33	-	R\$ 938.004,33
	2	Serviço de suporte técnico e direito de atualização de versão da solução relacionada no Item 1.	1	unidade	R\$ 208.800,20	R\$ 17.400,0167	R\$ 208.800,20
	3	Serviços Técnicos Especializados em solução analítica.	80	UST	R\$ 297,50	-	R\$ 23.800,00
	4	Treinamento em análise estatística e mineração de dados.	1	unidade	R\$ 32.289,33	-	R\$ 32.289,33

9 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

9.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos do Programa de Trabalho: 04.125.2201.217Z.0001, Plano Orçamentário: PO 0000, Natureza da despesa: 3390.40 (Custeio) e 4490.40 (Investimento).

10 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. Para o item 1, o contrato vigorará por 12 (doze) meses, sem prorrogação, contados a partir da data da sua assinatura;

10.2. Para o itens 2, 3 e 4, o contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do inciso II, do Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993;

10.3. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de a realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

11 – DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) acumulado no período exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12 – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

12.1.1. O regime da execução dos contratos é empreitada por preço unitário, e o tipo e critério de julgamento da licitação é o menor preço por lote para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática, conforme o disposto no § 1º, art. 9º do Decreto nº 7.174, de 2010;

12.1.2. De acordo com o Art. 3º, inciso II do Decreto nº 10.024/2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão, preferencialmente na sua forma eletrônica, com julgamento pelo critério menor preço por lote, sob a forma indireta, no regime de empreitada por preço unitário;

12.1.3. A fundamentação se pauta na premissa que a contratação de serviços se baseia em padrões de desempenho e qualidade claramente definidos no Termo de Referência, havendo diversos fornecedores capazes de prestá-los. Caracterizando-se como “serviço comum” conforme Art. 9º, §2º do Decreto 7.174/2010.

12.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

12.2.1. As margens de preferência não serão aplicadas nesta contratação por causa da natureza indivisível do serviço afastando-se com isso o emprego do art. 48, III, da LC 123/2006 e do art. 9º, I, do Decreto nº 8.538/2015. Sendo essas regras excepcionadas nas hipóteses do art. 10 do Decreto nº 8.538/2015, em especial, ao inciso II, haja vista a perspectiva de real prejuízo ao conjunto de elementos interdependentes que compõem a solução como todo a ser contratado. Não havendo a possibilidade de fracionamento do serviço dada a necessidade de interação entre o complexo do objeto, os quais, deverão ser operados pelo mesmo fornecedor, que deverá garantir a entrega, manutenção, desenvolvimento de projeto e treinamento da solução na forma descrita neste instrumento.

12.3. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

12.3.1. Para fins de qualificação técnica, considerando a essencialidade e a criticidade dos serviços prestados pela CONTRATANTE, a licitante deverá apresentar um ou mais ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA que comprove(m) sua aptidão para prover serviço de igual natureza ou compatível ao objeto especificado neste Termo de Referência, por meio da apresentação dos seguintes documentos:

12.3.1.1. Atestado de Capacidade Técnica, em nome da licitante, emitido por ou firmado com pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove:

a) a execução de serviços de fornecimento de licenças de uso e serviços de suporte, com características pertinentes e compatíveis com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, para os itens 1 e 2;

b) a execução de serviços técnicos especializados com quantitativo mínimo de 50% do total estimado, com características pertinentes e compatíveis com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, para o item 3;

c) a execução de serviços de treinamentos oficiais da fabricante da solução ou equivalentes, com características pertinentes e compatíveis com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, para o item 4;

12.3.1.2. Declaração da licitante, para fins de qualificação técnica na fase de habilitação, que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.2. Será aceito o somatório de atestados para comprovar a capacidade técnica e operacional;

12.3.3. A critério da CONTRATANTE, nas situações em que julgar necessário, poderão ser realizadas inspeções e diligências com a finalidade de apoiar/comprovar as informações contidas em ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA entregue(s) pela LICITANTE – nos termos do §3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993. Assim como poderão ser solicitadas cópias de documentos complementares como contratos, notas fiscais e notas de empenho;

12.3.4. A recusa do emitente do ATESTADO em prestar esclarecimentos e/ou fornecer documentos comprobatórios, ou sofrer diligências, ou a constatada inexatidão das informações atestadas, desconstituirá o documento – o que poderá, inclusive, configurar prática criminosa – ensejando comunicação ao Ministério Público Federal e abertura de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o caso, para fins de apuração de responsabilidades;

12.3.5. No caso de atestados emitidos por empresas privadas, não serão válidos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. São consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da LICITANTE proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia ou possua vínculo com a empresa emitente ou empresa LICITANTE;

12.3.6. Ainda, com respeito ao(s) ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA:

a) Devem estar relacionados ao objeto da licitação;

b) Sejam pertinentes e compatíveis às características, quantidades e prazos exigidos na licitação;

c) Poderão ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com correta identificação do emissor;

d) Devem ser emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas;

12.3.7. Devem estar assinados por quem tenha competência para expedi-los, tais como representantes legais do órgão/empresa, diretores, gerentes e representantes formais das áreas técnica ou demandante (sem se limitar a esses);

12.3.8. Devem conter identificação clara e suficiente do Atestante;

12.3.9. Devem apresentar redação clara, sucinta e objetiva que demonstre de forma inequívoca o atendimento ao objeto da requisição;

12.3.10. Ressalta-se que as exigências de comprovação de capacidade técnica atendem ao previsto no Inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, no artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/1993 e na Súmula TCU nº 263 – dentre outros dispositivos legais. Constando de forma expressa e publicamente consignadas as razões que fundamentam tais exigências.

12.4. Demais critérios de qualificação para habilitação e aceitabilidade de preços

12.4.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital;

12.4.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital; e

12.4.3. Os critérios de aceitabilidade de preços e as regras de desempate entre proposta são as discriminadas no edital.

13 – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14 – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;

15.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

15.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);

15.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993;

15.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017;

15.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

15.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

15.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

15.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

15.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

15.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;

15.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária;

15.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

15.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

15.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;

15.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada;

15.11. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

15.12. Será considerada extinta a garantia:

15.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

15.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017;

15.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

15.14. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

16 – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

16.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

16.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

16.6. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

16.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará os Níveis Mínimos de Serviço Exigidos, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

16.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

16.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

16.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelos fiscais técnico e requisitante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

16.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

16.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

16.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação;

16.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17 – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.1.1. Anexo I - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO;

17.1.2. Anexo II - TERMO DE COMPROMISSO;

17.1.3. Anexo III - TERMO DE CIÊNCIA;

17.1.4. Anexo IV - ORDEM DE SERVIÇO - OS;

17.1.5. Anexo V - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO;

17.1.6. Anexo VI - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;

17.1.7. Anexo VII - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

17.2 Os anexos enumerados acima poderão ser apresentados em ordem distinta no Edital, valendo, para todos os fins, o apresentado no Edital.

18 – DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº 74, de 14 de agosto de 2020.

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

Integrante Requisitante <i>Marcelo Carboni Gomes</i> <i>Assessor Técnico</i> <i>1439394</i>	Integrante Técnico <i>Marcus Vinicius Lima e Machado</i> <i>Coordenador</i> <i>1906976</i>	Integrante Administrativo <i>Gisélia Nunes do Nascimento</i> <i>Analista Administrativo</i> <i>2304245</i>
---	--	--

Autoridade Máxima da Área de TIC
<i>Felipe Bimbato Rodrigues</i> <i>Coordenador de Tecnologia da Informação e Comunicações - COTIC</i> <i>1820968</i>

Aprovo,

Autoridade Competente
<i>Carlos Roberto Fortner</i> <i>Diretor-Presidente</i> <i>2746858</i>



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Lima e Machado, Coordenador**, em 18/11/2020, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 578089981318423288809153300



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Carboni Gomes, Assessor Técnico**, em 18/11/2020, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Bimbato Rodrigues, Coordenador**, em 18/11/2020, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22850



Documento assinado eletronicamente por **Gisélia Nunes do Nascimento, Integrante Administrativo**, em 18/11/2020, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.iti.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0456979** e o código CRC **0500AEDC**.